

1. A respeito da Cédula de Crédito Bancário, é correto afirmar:
- Na Cédula de Crédito Bancário, pode ser dado imóvel em garantia real, hipoteca ou alienação fiduciária, cuja competência para a realização dos atos é da Serventia de Registro de Imóveis, devendo o Oficial proceder ao registro apenas da garantia na matrícula do imóvel, sem qualquer assentamento no Registro Auxiliar.
 - A garantia da Cédula de Crédito Bancário poderá ser real ou fidejussória, pesar sobre bem imóvel ou móvel, e seu registro, em todos os casos, deverá ser realizado no Registro de Imóveis.
 - A Cédula de Crédito Bancário, disciplinada pela Lei 10.931/2004, é título de crédito hábil a gerar mutações jurídico-reais sobre imóveis e, uma vez recepcionada no livro de protocolo da serventia imobiliária, após exame positivo de qualificação, deverá ser registrada também no Livro 3.
 - Quando a garantia da Cédula de Crédito Bancário for de alienação fiduciária de automóvel, além do registro obrigatório no Livro 3 do Registro de Imóveis, para constituição da garantia será também necessário o registro na Serventia de Registro de Títulos e Documentos, segundo dispõe o art. 1.361 do Código Civil.
2. Foi recepcionada Escritura Pública de Dação em Pagamento, com transmissão de três imóveis localizados na circunscrição da serventia de que você é o Oficial: imóvel 1, imóvel 2 e imóvel 3, todos de propriedade do outorgante. Procedendo ao exame de qualificação, após verificar a regularidade formal do título, o Oficial de Registro de Imóveis verificou existirem na matrícula dos imóveis as seguintes situações:
- Imóvel 1: Registro de Hipoteca, Registro de Penhora Trabalhista e Registro de Executivo Fiscal Estadual, Averbação do art. 615-A do Código de Processo Civil.
 - Imóvel 2: Registro Executivo Fiscal Municipal, Registro de Hipoteca celebrada no âmbito do SFH.
 - Imóvel 3: Registro de garantia hipotecária para dívida originada em Cédula de Crédito Rural e Registro de Penhora de Executivo Fiscal Municipal.
- Diante dessas circunstâncias, observados os demais princípios do Registro Imobiliário, assinale a alternativa verdadeira.
- Tratando-se de transmissão voluntária, vez que se aplicam à dação em pagamento as normas da compra e venda, será possível a aplicação do princípio da cindibilidade do imóvel 1, a fim de ser registrada a transmissão, sem qualquer espécie de autorização complementar.
 - Ainda que um ou mais imóveis não apresentem impedimentos para o registro da transmissão voluntária, o título deverá ser devolvido, pois o princípio da unicidade exige que os títulos protocolados sejam examinados como um todo inseparável.
 - Haja vista a existência de impedimentos sobre todos os imóveis, pois é presumida a fraude a execução não apenas com o Registro da Penhora, mas desde a Averbação prevista no art. 615-A do Código de Processo Civil, o Oficial deverá redigir Nota Devolutiva, indicando os motivos da qualificação negativa.
 - Caso o apresentante do título forneça autorização judicial de referência às penhoras registradas nas matrículas dos imóveis, bem como à averbação do art. 615-A do Código Civil, o Oficial poderá realizar o registro da transmissão dos três imóveis, visto que a voluntariedade presente na origem do direito real de hipoteca em hipótese alguma tem o efeito de impedir a alienação do bem.
3. Assinale a alternativa **INCORRETA**, a respeito de Títulos de Aquisição Originária e Derivada.
- A Carta de Adjudicação Compulsória, por se tratar de título de aquisição derivada, sujeita-se plenamente aos princípios da continuidade e da especialidade, de tal forma que, havendo promessa de compra e venda registrada na matrícula do imóvel, e a titularidade desse direito não for do adjudicatário, será necessário realizar, anteriormente, o registro da cessão dos direitos do compromisso de compra e venda, mediante a apresentação do respectivo título.
 - Um terreno urbano de cem metros quadrados teve sua aquisição declarada por usucapião. Cumpridos os requisitos de descrição do imóvel no Título, constatou-se que ele está localizado dentro de área maior, de três mil metros quadrados, devidamente matriculada. Por esse motivo, o registro somente poderá ser realizado se o mandado contiver identificação precisa da área remanescente do imóvel já matriculado e autorização municipal para parcelamento do solo, sujeitando-se ao princípio da continuidade e especialidade.
 - Protocolado Mandado de Usucapião, verificou-se já haver matrícula aberta para o imóvel objeto de usucapião. Todavia, o proprietário tabular estava qualificado, na matrícula, como casado, sem estar indicado o regime de bens, o nome de seu cônjuge e demais dados exigidos no art. 176 da Lei 6.015/73 para qualificação das pessoas no registro. Diante disso, o Oficial do Registro de Imóveis deverá realizar o registro, abstendo-se de exigir quaisquer documentos do proprietário tabular, sendo desnecessária a averbação para incluir as informações de qualificação pessoal omissas.
 - O Formal de Partilha, quando atribui aos herdeiros seus respectivos quinhões, apesar de gerar um registro declaratório, isto é, não constitutivo do direito, é Título de Aquisição Derivada. Seu processo de registro deverá atender plenamente aos princípios da continuidade e especialidade.
4. Através de Escritura Pública de Compra e Venda, foi alienado um terreno (Lote 10), com 360m². Todavia, ao examinar a matrícula indicada no título, o oficial constatou que a descrição tabular do imóvel correspondia à integralidade de uma Quadra, ou seja, “60 metros de frente para a Rua A, por 40 metros da frente aos fundos, em ambos os lados, confrontando pela direita com a Rua 1 e pela esquerda com a Rua 2, e 60 metros nos fundos, confrontando com a Rua B, com 2.400m²”. Além disso, havia dois atos praticados na matrícula, a saber: a AV.1 e a AV.2, informando, respectivamente, que foi aberta matrícula individual para o Lote 1 e para o Lote 2. A partir dessas informações, assinale a alternativa correta.
- O juízo de qualificação poderá ser positivo, desde que o interessado apresente, com o título, autorização municipal para abertura da matrícula do Lote 10, juntamente com trabalhos técnicos realizados por profissional, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica.
 - A qualificação do título deverá ser negativa, haja vista a irregularidade na prática dos atos que geraram a abertura das matrículas dos Lotes 1 e 2, em desacordo com a legislação aplicável ao parcelamento do solo urbano. A situação carece de intervenção judicial prévia, para regularização do registro e apuração de responsabilidade.
 - O juízo de qualificação deverá ser negativo, em razão da violação dos princípios da especialidade objetiva, legalidade e continuidade. A situação descrita exige prévia retificação, para apuração do remanescente, em razão das alienações parciais já realizadas e da individualização do Lote 10, através do parcelamento do solo urbano, na forma exigida pela Lei 6.766/79.
 - O juízo de qualificação deverá ser positivo, vez que a área do lote é superior à área mínima exigida pela Lei 6.766/79. Assim, à vista dos atos já praticados, o Oficial deverá abrir a matrícula para o Lote 10, registrar a transmissão, e lançar sobre a “matrícula-mãe” a AV.3, apenas para dar notícia de que houve abertura de matrícula autônoma para o transmitido.
5. Segundo o art. 1.227 do Código Civil, “direitos reais sobre imóveis constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com o registro no Cartório de Registro de Imóveis dos referidos títulos, salvo os casos expressos neste Código”. Em vista disso, assinale a alternativa que contém a afirmação correta.
- A cláusula de vigência pactuada em contrato de locação, uma vez registrada na forma do art. 167 da Lei 6.015/73, constitui direito real.
 - O Registro de Imóveis destina-se ao registro e averbação dos títulos ou atos ou fatos inter vivos ou mortis causa, constitutivos, translativos ou extintivos de direitos reais, a fim de assegurar-lhes validade, eficácia erga omnes e disponibilidade.
 - De acordo com o art. 167 da Lei 6.015/73, a compra e venda pura e simples deverá ser objeto de registro, pois transmite a propriedade e constitui direito real, mas a compra e venda condicional será objeto de mera averbação.
 - O Registro de Imóveis é o repositório oficial dos direitos reais sobre imóveis, de forma que todo o ato de registro corresponde a um direito real, reservando-se as averbações a eventuais alterações que tais direitos possam experimentar no decorrer do tempo.

6. Após protocolo e exame de Mandado de Penhora Trabalhista, verificou-se que o título apresentado atendeu perfeitamente ao princípio da especialidade objetiva. Todavia, após leitura da matrícula, foi constatado que o executado não é titular de direitos reais sobre o imóvel indicado, seu estado civil não foi indicado no título, o qual também não contém informação a respeito da nomeação de depositário. Com a comunicação da Nota Devolutiva, nova ordem judicial foi recebida, reiterando o mandado anteriormente protocolado, para cumprimento integral, sem suprir quaisquer das exigências apontadas na Nota Devolutiva, com a observação de que o descumprimento será considerado "crime de desobediência", sujeito também à pena de multa, na forma do art. 14 do Código de Processo Civil. Diante disso, o registrador deverá:
- Manter a exigência realizada, visto que a qualificação negativa de títulos de origem judicial não configura crime qualquer.
 - Efetuar o registro, com fundamento no princípio da autotutela, corrigindo erro anterior, pois deveria ter franqueado acesso ao título desde o primeiro momento, eis que a penhora é ato para cuja prática a legislação dispensa o exame de qualificação.
 - Efetuar o registro, reconhecendo a supremacia da hipoteticamente mais páida das decisões jurisdicionais sobre a mais brilhante e admirável das decisões de caráter administrativo.
 - Manter a exigência realizada e peticionar ao Juízo seu ingresso na relação processual, a fim de zelar pela regularidade dos registros.
7. Julgue as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.
- O título apto ao registro, no aumento de capital social, é a Escritura Pública ou a certidão dos atos de constituição e de alteração de sociedades mercantis, passada pelas juntas comerciais.
 - O título hábil a registro, na formação do capital social, poderá ser Escritura Pública, mas a dissolução da sociedade, com retorno de bens imóveis aos sócios, deverá ser formalizada por Escritura Pública.
 - O contrato de compra e venda de imóvel por meio do Sistema de Financiamento de Habitação deverá ser celebrado por instrumento particular.
 - Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública.
 - I – Falsa; II – Verdadeira; III – Verdadeira; IV – Falsa.
 - I – Verdadeira; II – Verdadeira; III – Verdadeira; IV – Verdadeira.
 - I – Falsa; II – Verdadeira; III – Falsa; IV – Verdadeira.
 - I – Verdadeira; II – Verdadeira; III – Falsa; IV – Verdadeira.
8. José da Silva, nascido em 01/04/1947, casado com Maria da Silva pelo regime da comunhão universal de bens, faleceu em 01/01/2003, sem ascendentes vivos, netos, mas com dois filhos: a) João da Silva, casado pelo regime da comunhão universal de bens com Sabrina da Silva; b) Marcos da Silva, casado pelo regime da comunhão parcial de bens com Silvana da Silva. João da Silva, em decorrência do mesmo acidente de automóvel que resultou na morte de seu pai, faleceu apenas um dia depois, em 02/01/2003. Sendo essa a situação de uma escritura de inventário e partilha apresentada a registro, assinale a alternativa correta.
- Pelo princípio da saisine, João da Silva efetivamente adquiriu direitos em decorrência do óbito de seu pai. Dessa sorte, não possuindo outros bens além do seu quinhão na herança, poderá este ser partilhado juntamente com os bens do monte.
 - Considerando o regime de bens do casamento de João da Silva com Sabrina da Silva, esta deverá integrar a relação de herdeiros de José da Silva, para receber o quinhão que lhe é devido.
 - Uma vez que os óbitos ocorreram em razão do mesmo acidente de automóvel, operou-se a comoriência, de forma que, atribuída a meação ao cônjuge sobrevivente, os bens da herança deverão ser adjudicados ao herdeiro vivo, isto é, a Marcos da Silva, e o registro será realizado em seu nome.
 - Eventual diferença entre a partilha e a atribuição dos quinhões definida em lei deverá ser interpretada como cessão de direitos hereditários, sendo necessário realizar, primeiramente, o registro da partilha e, na sequência, o registro da cessão dos direitos hereditários.
9. Assinale a alternativa falsa a respeito do princípio da prioridade.
- Diz-se que um título foi prenotado quando, após o seu exame, verificou-se não ser possível o registro. Por isso, prenotação e "nota devolutiva" são expressões sinônimas.
 - O lançamento do título no Livro nº 1 não é mero passo inicial para o registro de um título transmissivo, pois gera direito ao apresentante, dando ao título apresentado, via de regra, prioridade sobre títulos apresentados posteriormente ao seu.
 - Todos os títulos apresentados no cartório, com a finalidade de se obter o registro, devem ser escriturados no livro de protocolo, pouco importando se há incorreções ou irregularidades que, ao primeiro exame, obstarium o seu efetivo registro.
- d) O princípio da prioridade significa que, num concurso de direitos reais sobre um imóvel, eles não ocupam todos o mesmo posto, mas se graduam ou classificam por uma relação de precedência fundada na ordem cronológica do seu aparecimento: *prior tempore, potior jure*.
10. Sobre os Emolumentos Registrais, assinale a alternativa correta, à luz da legislação federal.
- A averbação da emissão da Cédula de Crédito Imobiliário e o registro da garantia do crédito respectivo, quando solicitados simultaneamente, serão considerados como ato único, para efeito de cobrança de emolumentos.
 - No "Programa Minha Casa, Minha Vida", os emolumentos correspondentes ao registro da alienação de imóvel e aos demais atos relativos ao primeiro imóvel residencial serão reduzidos em 80% (oitenta por cento), quando o imóvel for destinado a beneficiário com renda familiar mensal superior a 6 (seis) e até 10 (dez) salários mínimos.
 - Após o registro da incorporação imobiliária, até a emissão da carta de habite-se, as averbações e registros relativos à pessoa do incorporador ou referentes a direitos reais de garantias, cessões ou demais negócios jurídicos que envolvam o empreendimento serão realizados na matrícula de origem do imóvel e em cada uma das matrículas das unidades autônomas eventualmente abertas, sendo consideradas, para efeito de cobrança de emolumentos, como ato de registro único, não importando a quantidade de unidades autônomas envolvidas ou de atos intermediários existentes.
 - Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema de Financiamento Imobiliário, serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).
 - Todas as afirmações são verdadeiras.
 - As afirmações II, III e IV são verdadeiras.
 - As afirmações II e IV são falsas.
 - Apenas a afirmação I é verdadeira.
11. À luz do princípio da legalidade, assinale a alternativa correta.
- Integra a atividade de qualificação do Formal de Partilha o exame de sua adequação formal aos requisitos do Código de Processo Civil, sendo apto ao registro o título que, expedido após o trânsito em julgado, contiver: a) termo de inventariante e título de herdeiros; b) avaliação dos bens que constituíram o quinhão do herdeiro; c) pagamento do quinhão hereditário; d) quitação dos impostos; e) sentença.
 - A noção do princípio da legalidade, no Registro de Imóveis, diz respeito ao comportamento do Registrador, ao permitir o acesso ao álbum registral apenas para os títulos juridicamente válidos para esse fim e que reúnam os requisitos legais para sua registrabilidade e a consequente interdição provisória daqueles que carecem de aditamentos ou retificações, e definitiva, daqueles que possuem defeitos insanáveis.
 - Pelo princípio da legalidade, quando se conclui pela impossibilidade de registro do título apresentado, é facultado ao apresentante solicitar a mera averbação do seu título sobre a matrícula do imóvel, a fim de prevenir terceiros de boa fé.
 - Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
 - Apenas a afirmação II é verdadeira.
 - Todas as afirmações são verdadeiras.
 - Apenas a afirmação I é verdadeira.
12. A respeito da competência e efeitos do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assinale a alternativa correta.
- O registro dos estatutos dos partidos políticos, dos jornais, periódicos, oficinas impressoras e agências de notícias serão realizados no Livro B.
 - Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
 - Para início de existência legal, devem ser registradas no Registro Civil e de Pessoas Jurídicas as associações, as sociedades simples, as fundações e, facultativamente, as cooperativas.
 - O registro do contrato social das sociedades simples no Registro de Títulos e Documentos, quando cumulado com o Registro Civil de Pessoas Jurídicas, gerando efeitos perante terceiros, também confere personalidade jurídica.

13. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Haja vista que o pedido de certidão não é título previsto no art. 221 da Lei 6.015/73, em nenhuma hipótese ele deverá ser lançado no protocolo, seja por falta de previsão normativa, seja porque o ato certificatório não gera registro ou averbação sobre a matrícula do imóvel.
 - A emissão de certidões a partir de requerimentos realizados por meio da rede mundial de computadores (internet) não depende exposição de motivos ou de interesse do requerente.
 - Os pedidos de certidão por via postal, telegráfica, bancária ou correio eletrônico serão obrigatoriamente atendidos, satisfeitas as despesas postais, diligências para postagem, bem como os emolumentos devidos.
 - Quando da expedição de certidões negativas de ônus e alienações, os registradores de imóveis deverão abster-se de ressaltar prenotações, caso não constem dos livros específicos. Em caso contrário, deverão as prenotações ser detalhadamente descritas no instrumento de certificação.
14. Ao examinar escritura de Compra e Venda lavrada em 1980, em que João da Silva, qualificado segundo as exigências da Lei 6.015/73, vendeu o imóvel da transcrição nº 22 a Daniel de Deus, o oficial registrador verificou que tal transcrição apresenta como titular da propriedade João da Silva, sem quaisquer dados de qualificação, somente seu nome. Diante disso, a solução prevista pela Lei 6.015/73 é:
- Suscitar a dúvida ex officio, a fim de que eventuais provas não documentais sejam produzidas no decurso do procedimento, decidindo, ao final, o juiz corregedor sobre a registrabilidade ou irregistrabilidade do título.
 - Registrar a venda, realizando previamente as averbações necessárias de qualificação, à vista dos dados contidos no título transmissivo apresentado.
 - A qualificação negativa permanente, pela total impossibilidade de identificação do vendedor com o proprietário tabular, recomendando ao adquirente, se este preencher os requisitos, o ajuizamento da ação de usucapião.
 - A retificação do registro, pela inserção dos dados de qualificação pessoal de João da Silva, comprovada por documentos oficiais, ou mediante despacho judicial, quando houver necessidade de produção de outras provas.
15. Assinale a alternativa correta, nos termos da Resolução 35 do Conselho Nacional de Justiça.
- É admissível a escritura pública de inventário e partilha para o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.
 - É permitida a lavratura de escritura pública de inventário e partilha referente a bens localizados no exterior.
 - Admitem-se inventário e partilha extrajudiciais com viúvo(a) ou herdeiro(s) capaz(es), inclusive por emancipação, representado(s) por procuração formalizada por instrumento público com poderes gerais, vedada a acumulação de funções de mandatário e de assistente das partes.
 - Não é possível a promoção de inventário extrajudicial por parte de cessionário de direitos hereditários, mesmo na hipótese de cessão de parte de acervo, ainda que todos os herdeiros estejam presentes e concordes.
16. Sobre a Escritura Pública de Permuta, é correto afirmar:
- É ineficaz a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.
 - Aplicam-se integralmente à troca as disposições relativas à Compra e venda.
 - É anulável a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.
 - Não se aplicam à troca as disposições referentes à Compra e Venda.
17. Nos termos da lei 7.433/1985 e do Decreto 93.240/1986, assinale a alternativa correta.
- O tabelião fica desobrigado de manter, em cartório, o original ou cópias autenticadas das certidões legalmente exigidas, desde que transcreva na escritura pública os elementos necessários à sua identificação, devendo, nesse caso, as certidões acompanhar o traslado da escritura.
 - Nas escrituras públicas relativas a imóveis rurais e imóveis urbanos, é imprescindível a descrição e caracterização do imóvel, ainda que constem esses elementos na certidão do Registro Imobiliário.
 - Na lavratura de atos notariais, inclusive os relativos a imóveis, além dos documentos de identificação das partes, serão exigidos também os documentos que o tabelião achar convenientes.
18. Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica:
- É da essência do ato a escritura pública.
 - Em se tratando de imóvel com valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no país, a escritura pública é essencial para a validade de negócio jurídico.
 - Pode ser feito por instrumento particular.
 - Em se tratando de imóvel com valor inferior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no país, a escritura pública é essencial para a validade de negócio jurídico.
19. Com relação a testamento público, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- Se o testador não souber, ou não puder assinar, o tabelião ou seu substituto legal assim o declarará, assinando, neste caso, pelo testador, e, a seu rogo, uma das testemunhas instrumentárias.
 - Será o instrumento, em seguida à leitura, assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo tabelião.
 - O indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento, e, se não souber, designará quem o leia em seu lugar, presentes as testemunhas.
 - O tabelião de notas pode lavrar o testamento de duas pessoas em um único ato.
20. Com relação à responsabilidade civil e criminal, assinale a correta.
- Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles causarem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia; já com relação aos atos praticados pelos prepostos, eles não têm qualquer responsabilidade.
 - A responsabilização criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a administração Pública. Essa individualização não exime os notários e os oficiais de registro de sua responsabilidade civil.
 - A responsabilização civil depende da criminal.
 - Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causarem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, não sendo assegurado ao primeiro direito de regresso, em caso de culpa e dolo.
21. Assinale a alternativa correta nos termos da Lei 8.560 de 1992.
- Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos.
 - É vedado o direito de averbar alteração do patronímico materno, em decorrência do casamento, no termo de nascimento do filho.
 - É facultado legitimar e reconhecer filho na ata do casamento.
 - O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável, exceto quando feito incidentalmente em testamento.
22. A Lei de Registros Públicos (LRP) disciplina a possibilidade de alteração do nome da pessoa natural. Assinale a alternativa correta.
- A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do artigo 110.
 - No caso do artigo 110 da LRP, entendendo o órgão do Ministério Público que o pedido não exige maior indagação, requererá ao juiz a distribuição dos autos sob o rito sumaríssimo.
 - O artigo 110 da LRP será utilizado para alteração do nome civil, nos casos em que se exijam maiores indagações sobre a necessidade de correção.
 - A pessoa natural, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil poderá pessoalmente, mas não por procurador, por ser ato personalíssimo, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família.

23. O registro de nascimento feito após o decurso do prazo legal deve seguir os ditames da Lei de Registros Públicos (LRP). Em vista disso, marque a alternativa **INCORRETA**.
- O requerimento do registro de nascimento tardio será assinado por 2 (duas) testemunhas.
 - O Serviço Registral das Pessoas Naturais do lugar da residência do interessado será o competente para registrar o assento de nascimento.
 - O Oficial do Registro Civil poderá exigir prova suficiente quando suspeitar da falsidade do declarante.
 - Somente haverá dispensa da multa aos comprovadamente pobres, nos termos do artigo 30 da LRP.
24. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral do Estado do Rio Grande do Sul, no Livro designado sob a letra "E" do Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da sede da Comarca serão registrados os demais atos relativos ao estado civil, **EXCETO**:
- as sentenças declaratórias de ausência.
 - as sentenças declaratórias de interdição.
 - as sentenças declaratórias de morte presumida.
 - as sentenças de emancipação, bem como os atos dos pais que a concederem.
25. Uma mãe encontra-se em trabalho de parto de trigêmeos: A, B e C. O gêmeo A nasce com vida e morre após alguns minutos. O gêmeo B nasce morto. E o gêmeo C nasce com vida. Marque a alternativa que se apresenta correta sobre os registros a serem elaborados.
- Deverá ser feito um registro no Livro "A" e um no Livro "C", para o gêmeo A; um registro no livro "C auxiliar", para o gêmeo B e somente um registro no Livro "A", para o gêmeo C.
 - Todos os gêmeos deverão ter registro no Livro "A".
 - Os gêmeos A e B terão registros somente no Livro "C auxiliar".
 - Deverá ser feito um registro no Livro "A" e um no Livro "C auxiliar", para o gêmeo A; um registro no Livro "C", para o gêmeo B e somente um registro de nascimento para o gêmeo C.
26. Sobre o Princípio da Rogação ou Instância, marque a alternativa correta.
- Não há exceção ao Princípio da Rogação ou Instância para o Tabelião de Protesto.
 - Aplica-se aos Tabeliães de Protesto e tem como exceção a possibilidade de averbação no instrumento de protesto da aquiescência do portador ao aceite por honra.
 - Aplica-se aos Tabeliães de Protesto e tem como exceção a possibilidade de averbação de retificação de erros materiais que poderá ser efetuada de ofício pelo Tabelião.
 - Não tem aplicação para o Tabelião de Protesto.
27. Nos termos da Lei 9492 de 1997, marque alternativa a correta.
- O título do documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente poderá ser pago ou retirado sem autorização judicial; porém, para que seja lavrado o protesto necessário, se faz autorização do Juízo que anteriormente determinou a sustação.
 - O título do documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente poderá ser pago sem autorização judicial; porém, para que seja retirado ou lavrado o protesto, necessário se faz autorização do Juízo que anteriormente determinou a sustação.
 - Revogada a ordem de sustação judicial, não haverá necessidade de se proceder a nova intimação do devedor, sendo a lavratura e o registro do protesto efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da revogação, salvo se a materialização do ato depender de consulta a ser formulada ao apresentante, caso em que o mesmo prazo será contado da data da resposta dada.
 - Os mandados judiciais de sustação de protesto deverão ser devolvidos ao Juízo, juntamente com os respectivos documentos, no prazo de 03 (três) dias após o cumprimento da ordem de sustação pelo Tabelião de Protesto.
28. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa **INCORRETA**, no que concerne à duplicata de prestação de serviços:
- Para o protesto de duplicata de prestação de serviço sem aceite não é necessário ela estar acompanhada de cópia do contrato que autorizou sua emissão, bem como da prova do cumprimento da obrigação contratual.
 - No caso de prestação continuada de serviço por parte de pessoa jurídica a cópia do contrato que autorizou sua emissão e a prova do cumprimento da obrigação contratual poderão ser substituídos por declaração do apresentante, obrigando-se, este a apresentá-los, caso seja exigido pelo devedor.
- Em caso de irregularidade formal na duplicata de prestação de serviço apresentada, o Tabelião a devolverá ao apresentante.
 - A duplicata de prestação de serviço aceita terá ingresso no Tabelionato de protesto, independentemente de prova da obrigação contratual que a autorizou.
29. Em relação ao negócio jurídico:
- A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou indeterminável e forma prescrita ou não defesa em lei.
 - A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito e da obrigação comum.
 - Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a cinquenta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
 - No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- São verdadeiras as afirmativas:
- I, II e IV, somente.
 - I, II e III, somente.
 - I e IV, somente.
 - III, somente.
30. Assinale a alternativa **INCORRETA**.
- Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita.
 - Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, não se terá adquirido o direito, enquanto esta não se verificar.
 - Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando suspensivas.
 - Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas.
31. Sobre encargo, é **INCORRETO** afirmar:
- Considera-se não escrito o encargo ilícito, mesmo quando se constituir o motivo determinante da liberalidade.
 - Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se invalida o negócio jurídico.
 - Quando a imposição de encargo ilícito constitui o motivo determinante da liberalidade, substitui-se por outro lícito, a critério do Juiz.
 - O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.
32. Sobre os defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar:
- O erro é substancial quando interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais.
 - O falso motivo vicia a declaração de vontade, ainda que não conste expressamente como razão determinante.
 - O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
 - Não pode ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro quando a parte a quem dele se aproveite tiver conhecimento.
- Estão corretas as afirmativas:
- II e IV, somente.
 - I, II e III, somente.
 - I e III, somente.
 - III e IV, somente.

33. Assinale a alternativa correta.

- É de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de erro, dolo, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio.
- Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será ele de quatro anos, a contar da data da conclusão do ato.
- É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de fraude contra credores, do dia em que se realizou o negócio jurídico, e, no de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.
- É de quatro anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de coação, do dia em que ele iniciou.

34. A respeito da prescrição:

- Não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar, nem entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- Não corre a prescrição pendendo ação de evicção.
- A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, bem como por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor ou ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper, descontando-se, entretanto, o período já transcorrido.
- A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.

Aponte as assertivas corretas.

- I, III e V, somente
- I, II, IV e V, somente
- I, II e V, somente
- I, II e III, somente

35. Prescreve em um ano:

- A pretensão de restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
- A pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros, peritos e procuradores judiciais, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.
- A pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos.
- A pretensão dos credores não pagos, contra os sócios ou acionistas, e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

36. A respeito das obrigações solidárias, é correto afirmar:

- O pagamento parcial feito por um dos devedores, e a remissão por ele obtida, aproveitam aos outros devedores.
- A propositura de ação pelo credor contra um dos devedores importa renúncia da solidariedade.
- A um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.
- Convertendo-se a prestação em perdas e danos, a solidariedade subsiste, para todos os efeitos.

Estão **INCORRETAS** as afirmativas:

- I e III, apenas.
- III e IV, apenas.
- II, somente.
- I e II, apenas.

37. Sobre os contratos em geral, assinale a assertiva **INCORRETA**.

- A função social do contrato, prevista no art. 421 do Código Civil, constitui cláusula geral que impõe a revisão do princípio da relatividade dos efeitos do contrato em relação a terceiros, implicando a tutela externa do crédito.
- A vedação do comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*) funda-se na proteção da confiança, conforme se infere dos arts. 187 e 422 do Código Civil.
- A função social do contrato eliminou o alcance do princípio da autonomia contratual, quando presentes interesses metaindividuais ou interesse individual relativo à dignidade da pessoa humana.
- Na interpretação da cláusula geral de boa-fé, deve-se levar em conta o sistema do Código Civil e as conexões sistemáticas com outros estatutos normativos e fatores metajurídicos.

38. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- O alienante responde pela evicção, mesmo se a aquisição tiver se realizado em hasta pública.
- O evicto tem direito à restituição integral do preço que pagou e à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir.
- As partes não podem excluir a responsabilidade pela evicção.
- Em respeito ao princípio da boa-fé, se o adquirente sabia que a coisa era litigiosa, não poderá demandar pela evicção.

39. A respeito da disciplina do direito das obrigações e da resolução por onerosidade excessiva:

- A teoria da imprevisão deve ser comprovada por quem alega, com base na alteração superveniente das circunstâncias fáticas, ainda que a parte tenha dado causa à inexecução de forma culposa.
- A menção à imprevisibilidade e à extraordinariedade, insertas no art. 478 do Código Civil, deve ser interpretada não somente em relação ao fato que gere o desequilíbrio, mas também em relação às consequências que ele produz.
- A expressão “extrema vantagem”, contida no artigo 478 do Código Civil, deve ser interpretada como elemento accidental da alteração de circunstâncias, que comporta a incidência da resolução ou revisão do negócio, por onerosidade excessiva, independentemente de sua demonstração plena.
- O fato extraordinário e imprevisível causador de onerosidade excessiva é aquele que não está coberto objetivamente pelos riscos próprios da contratação.

São verdadeiras as afirmativas:

- I, II e III.
- II e IV, somente.
- III e IV, somente.
- II, III e IV.

40. Com relação ao contrato de compra e venda:

- A retrovenda é cláusula especial para a compra e venda, que consiste na faculdade que o vendedor de coisa imóvel tem, de poder se reservar quanto ao direito de recobrar a coisa no prazo decadencial máximo de três anos, desde que restitua o preço recebido e reembolse as despesas do comprador.
- A venda feita a contento do comprador entende-se realizada sob condição resolutiva, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue, não se aperfeiçoando enquanto o vendedor não manifestar seu agrado.
- A preempção impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto.
- Na venda de coisa móvel, por meio da cláusula especial de retrovenda, pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago.

São **INCORRETAS** as afirmativas:

- II e IV, somente.
- III e IV, apenas.
- I, III e IV.
- I, II e III, somente.

41. Aponte a proposição **INCORRETA**.

- O mandato outorgado por instrumento público previsto no art. 655 do Código Civil admite substabelecimento por instrumento particular, quando a forma pública for facultativa e não integrar a substância do ato.
- Conferido o mandato com a cláusula “em causa própria”, sua revogação não terá eficácia, nem se extinguirá pela morte de qualquer das partes, ficando o mandatário dispensado de prestar contas, e podendo transferir para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato.
- Quando a cláusula de irrevogabilidade for condição de um negócio bilateral, ou tiver sido estipulada no exclusivo interesse do mandatário, a revogação do mandato será ineficaz.
- Por ser uma forma de representação jurídica voluntária, o mandato não admite cláusula de irrevogabilidade.

42. Em relação aos títulos de crédito:

- I. As duplicatas eletrônicas podem ser protestadas por indicação e constituirão título executivo extrajudicial, mediante a exibição pelo credor do instrumento de protesto, acompanhado do comprovante de entrega das mercadorias ou de prestação dos serviços.
- II. Os títulos de crédito podem ser emitidos, aceitos, endossados ou avalizados eletronicamente, mediante assinatura com certificação digital, respeitadas as exceções previstas em lei.
- III. O aval posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos do anteriormente dado, não sendo, em regra, admitido aval parcial, exceto para os títulos de crédito regulados em lei especial.
- IV. É válido o endosso parcial.
- V. A cláusula constitutiva de penhor, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título.

São verdadeiras as afirmativas:

- a) I, II, III e IV, somente.
- b) I, II, III e V, apenas.
- c) III, IV e V, somente.
- d) IV e V, apenas.

43. A respeito da propriedade:

- I. A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas por terceiros a qualquer altura e profundidade.
- II. Aquele que, por dez anos, sem interrupção nem oposição, possuir como seu um imóvel e lá houver estabelecido sua moradia habitual, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título de boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- III. Quando a posse ocorre sobre área superior aos limites legais, não é possível a aquisição pela via da usucapião especial, ainda que o pedido restrinja a dimensão do que se quer usucapir.
- IV. A modalidade de usucapião prevista no art. 1240-A do Código Civil (popularmente denominada de usucapião conjugal ou pró-família) pressupõe a propriedade comum do casal e compreende todas as formas de família ou entidades familiares, inclusive homoafetivas.
- V. Os bens dominicais podem ser adquiridos por usucapião, mas os demais bens públicos, não.

São afirmativas corretas:

- a) IV e V, apenas.
- b) I, II, III e V, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, III e IV, somente.

44. Em relação ao direito das coisas:

- I. É nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- II. É nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento; mas após o vencimento, poderá o devedor dar a coisa em pagamento da dívida.
- III. Constitui-se o penhor industrial, ou o mercantil, mediante instrumento público ou particular, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição onde estiverem situadas as coisas empenhadas.
- IV. É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado, mas é possível convencionar-se que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.
- V. A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, tem plena eficácia perante os adquirentes do imóvel.

São **INCORRETAS** as afirmativas:

- a) III e IV, apenas.
- b) V, apenas.
- c) IV e V, somente.
- d) I e II, somente.

45. Analise as assertivas abaixo:

- I. O aval não pode ser anulado por falta de vênua conjugal, de modo que o inciso III do art. 1647 apenas caracteriza a inoponibilidade do título ao cônjuge que não assentiu.
- II. No regime da comunhão parcial de bens é sempre indispensável a autorização do cônjuge, ou seu suprimento judicial, para atos de disposição sobre bens imóveis.
- III. A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia.
- IV. A falta de outorga uxória em fiança prestada pelo cônjuge torna anulável o ato praticado, podendo o outro cônjuge pleitear-lhe a anulação, até quatro anos depois de terminada a sociedade conjugal.

Aponte as afirmativas corretas:

- a) I e III, somente.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, somente.
- d) II, III e IV, apenas.

46. Em relação ao direito das sucessões:

- I. Por se tratar o testamento de ato personalíssimo, pode o testador indicar os bens e valores que devem compor os quinhões hereditários, deliberando ele próprio a partilha, que prevalecerá em qualquer hipótese.
- II. A partilha, uma vez feita e julgada, só é anulável pelos vícios e defeitos que invalidam, em geral, os negócios jurídicos, extinguindo-se em dois anos o direito de anulá-la.
- III. Defere-se a sucessão legítima aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares.
- IV. Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.

Aponte as afirmativas corretas:

- a) II e III, somente.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e III, somente.
- d) II e IV, apenas.

47. Assinale a alternativa correta:

- a) O nome de domínio não integra o estabelecimento empresarial.
- b) O estabelecimento empresarial é integrado por bens corpóreos e incorpóreos do patrimônio da empresa e de seus sócios.
- c) Estabelecimento empresarial é definido como o local em que o empresário exerce seu comércio.
- d) Estabelecimento empresarial é sinônimo de fundo de comércio e se caracteriza como conjunto de bens de que se utiliza o empresário para exercer sua atividade.

48. Assinale a alternativa correta:

- a) A sociedade de natureza simples tem seu objeto restrito às atividades intelectuais.
- b) Os profissionais liberais não são considerados empresários mesmos se a organização dos fatores de produção for mais importante que a atividade pessoal desenvolvida.
- c) A expressão “elemento de empresa” demanda interpretação econômica, devendo ser analisada sob a égide da absorção da atividade intelectual, de natureza científica, literária ou artística, como um dos fatores da organização empresarial.
- d) O exercício das atividades de natureza exclusivamente intelectual está incluído no conceito de empresa.

49. Assinale a assertiva correta:

- a) A inscrição do empresário na Junta Comercial é requisito para a sua caracterização, não se admitindo o exercício da empresa sem tal providência.
- b) O Sistema Nacional de Registro do Comércio é formado pela Junta Comercial e pelo Registro Civil de Pessoa Jurídica.
- c) A inscrição do empresário ou sociedade empresária no Registro Público de Empresas Mercantis é requisito delimitador de sua regularidade, e não de sua caracterização.
- d) A inscrição do empresário individual no Registro Público de Empresas Mercantis é facultativa.

50. Assinale a alternativa **INCORRETA**.
- Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
 - Sem a outorga conjugal, o empresário casado não pode alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real, qualquer que seja o regime de bens.
 - A vedação contida no artigo 977, do Código Civil, quanto à participação de cônjuges casados numa mesma sociedade, abrange tanto a participação originária quanto a derivada.
 - A proibição de sociedade entre pessoas casadas sob o regime da comunhão universal ou da separação obrigatória só atinge as sociedades constituídas após a vigência do Código Civil de 2002.
51. A respeito da empresa individual de responsabilidade limitada, assinale a opção **INCORRETA**.
- A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, cujo valor não pode ser superior a cem vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
 - O patrimônio da empresa individual de responsabilidade limitada responderá pelas dívidas da pessoa jurídica, não se confundindo com o patrimônio da pessoa natural que a constituiu, sem prejuízo da aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.
 - A empresa individual de responsabilidade limitada não é sociedade unipessoal, mas um novo ente, distinto da pessoa do empresário e da sociedade empresária.
 - A empresa individual de responsabilidade limitada só poderá ser constituída por pessoa natural.
52. Considerando as disposições gerais do direito de empresa, quanto às sociedades, é correto afirmar:
- Nas sociedades, o registro observa a natureza da atividade, se empresarial ou não; as demais questões seguem as normas pertinentes ao tipo societário adotado, sendo exceções as sociedades por ações e as cooperativas, que são consideradas empresárias, independentemente de seu objeto.
 - A natureza de sociedade simples da cooperativa, por força legal, a impede de ser sócia de qualquer tipo societário, pois não pratica ato de empresa.
 - Nas sociedades simples, os sócios não podem limitar suas responsabilidades entre si, à proporção da participação no capital social, ressalvadas as disposições específicas.
 - A adoção pelo tipo empresarial afasta a natureza simples da sociedade.
 - A contribuição do sócio exclusivamente em prestação de serviços é permitida nas sociedades cooperativas e nas sociedades simples propriamente ditas.
- São verdadeiras as afirmativas:
- I e II, somente.
 - V, apenas.
 - III e IV, somente.
 - III e V, somente.
53. Assinale a alternativa correta.
- Dissolve-se a sociedade quando ocorrer, dentre outras hipóteses, a falta de pluralidade de sócios, não sendo ela reconstituída no prazo de cento e oitenta dias, permitindo-se que o sócio remanescente requeira no Registro Público de Empresas Mercantis a transformação do registro da sociedade para empresário individual, observado, no que couber, o regime jurídico de transformação das sociedades, estabelecido no Código Civil.
 - O empresário casado sob regime de comunhão universal pode alienar, ou gravar de ônus, imóvel integrante do patrimônio da empresa, sem outorga uxória.
 - Na sociedade simples pura, a responsabilidade dos sócios depende de previsão contratual. Em caso de omissão, será sempre limitada e subsidiária.
- As proposições II e III estão incorretas.
 - Somente a proposição III está correta.
 - Somente a proposição I está correta.
 - Somente as proposições I e II estão corretas.
54. Em relação às sociedades anônimas, assinale a alternativa correta.
- A diretoria será composta por três ou mais diretores, destituíveis a qualquer tempo pela assembleia geral.
 - Compete privativamente à assembleia geral eleger os diretores da companhia.
 - É vedado ao estatuto estabelecer a exigência de garantia, prestada por terceiro, para o exercício do cargo de administrador.
 - É direito essencial do acionista a preferência para subscrição de debêntures conversíveis em ações, observado o disposto em lei.
55. Em relação às sociedades simples, assinale a alternativa correta.
- O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.
 - As obrigações dos sócios terminam quando a sociedade se tornar inativa.
 - As modificações do contrato social, que tenham por objeto as prestações a que se obrigou o sócio, cuja contribuição consista em serviços, dependem da aprovação da maioria absoluta dos votos.
 - Nos sessenta dias subsequentes à sua constituição, a sociedade deverá requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
56. A respeito da administração das sociedades:
- Responde por perdas e danos o sócio que, tendo em alguma operação interesse contrário ao da sociedade, participar de deliberação que a aprove, graças a seu voto.
 - A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta a responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem, conhecendo ou devendo conhecer-lhes a ilegitimidade.
 - Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.
 - A teoria *ultra vires*, positivada no inciso III do parágrafo único do artigo 1015 do Código Civil, deve ser aplicada com temperamentos à luz da teoria da aparência e do primado da boa-fé objetiva, de modo a prestigiar a segurança do tráfego negocial.
- Estão corretas as proposições I, II, III e IV.
 - Estão corretas apenas as proposições I, II e III.
 - Estão incorretas as proposições II e IV.
 - Estão corretas apenas as proposições I e II.
57. Dissolve-se de pleno direito a sociedade, quando:
- ocorrer a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado.
 - exaurido o fim social.
 - verificada a sua inexequibilidade.
 - anulada a sua constituição.
58. A respeito da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- O capital social da sociedade limitada poderá ser integralizado, no todo ou em parte, com quotas ou ações de outra sociedade.
 - A aprovação, sem reserva, do balanço patrimonial e do de resultado econômico, salvo erro, dolo ou simulação, exonera de responsabilidade os membros da administração. Havendo erro, dolo ou simulação, extingue-se em quatro anos o direito de anular a aprovação.
 - O quorum mínimo para deliberação da cisão da sociedade limitada é de três quartos do capital social.
 - Na sociedade limitada com dois sócios, o sócio titular de mais da metade do capital social pode excluir extrajudicialmente o sócio minoritário, desde que atendidas as exigências materiais e procedimentais previstas na lei.
59. Quanto à disciplina jurídica das sociedades anônimas, assinale a alternativa correta.
- A fusão e a incorporação de sociedade anônima passaram a ser reguladas pelo Código Civil, que revogou as normas específicas previstas na Lei n. 6404/76.
 - As sociedades anônimas é vedado receber em garantia as próprias ações, em qualquer hipótese.
 - A emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal depende de prévia autorização de, no mínimo, um quarto dos acionistas.
 - Partes beneficiárias são títulos negociáveis, sem valor nominal, estranhos ao capital social, e podem ser emitidos por companhias abertas e fechadas.

60. Assinale a alternativa correta.
- A firma e a denominação são espécies de nome empresarial.
 - Título de estabelecimento e nome empresarial são expressões sinônimas.
 - O nome empresarial pode ser objeto de alienação, pois compõe o pleno universal do estabelecimento comercial.
 - O nome empresarial e a marca se reportam aos mesmos objetos semânticos.
61. Assinale a alternativa correta.
- A incorporação determina a extinção das sociedades absorvidas, formando-se uma nova sociedade, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.
 - O ato de transformação da sociedade depende de sua liquidação, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se.
 - Na fusão, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
 - Nas fusões e incorporações entre sociedades reguladas pelo Código Civil, é facultativa a elaboração de protocolo firmado pelos sócios ou administradores das sociedades; havendo sociedade anônima ou comandita por ações envolvidas na operação, a obrigatoriedade do protocolo e da justificação somente a ela se aplica.
62. Sobre as sociedades estrangeiras:
- A sociedade estrangeira, qualquer que seja seu objeto, não pode funcionar no país sem autorização do Poder Legislativo.
 - A sociedade estrangeira poderá funcionar no país por estabelecimentos subordinados.
 - A sociedade estrangeira poderá ser acionista de sociedade anônima brasileira, ressalvados os casos expressos em lei.
 - A sociedade estrangeira pode, independentemente de autorização, ser sócia em sociedades de outros tipos, além das anônimas.
 - A sociedade estrangeira autorizada a funcionar no país é obrigada a ter permanentemente representante no Brasil, com poderes para resolver quaisquer questões e receber citação judicial pela sociedade.
- Aponte as afirmativas corretas.
- I, II, III e IV, apenas.
 - I, II e V, apenas.
 - V, apenas.
 - III, IV e V, apenas.
63. Assinale a alternativa **INCORRETA**.
- Em regra, é livre a retirada de sócio nas sociedades limitadas e anônimas fechadas, por prazo indeterminado, desde que tenham integralizado a respectiva parcela do capital, operando-se a denúncia.
 - Nos casos resolução da sociedade em relação a um sócio, o valor da quota deste, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, em regra, com base na situação patrimonial da sociedade, à época do efetivo pagamento verificado, e balanço especialmente levantado.
 - Na apuração de haveres do sócio, por consequência da liquidação de suas quotas na sociedade, para pagamento a seu credor, não devem ser consideradas eventuais disposições contratuais relativas à determinação de seu valor.
 - Na apuração de haveres não prevalece o balanço não aprovado pelo sócio falecido, excluído ou que se retirou.
64. Segundo a doutrina, os princípios do direito comercial podem ser classificados segundo critérios de hierarquia, abrangência ou positividade. De acordo com o critério da hierarquia, os princípios podem ser constitucionais ou legais. Conforme o critério da abrangência, os princípios podem ser gerais ou especiais. Por fim, em função do critério da positividade, os princípios podem ser explícitos (diretos ou positivados) ou implícitos (indiretos ou não positivados). Considerando essa classificação, assinale a alternativa correta.
- O princípio da autonomia patrimonial da sociedade empresária é legal, geral e explícito, da mesma forma que o princípio da proteção do sócio minoritário.
 - Os princípios da liberdade de iniciativa, da liberdade de concorrência e da função social da empresa são constitucionais, especiais e explícitos.
 - O princípio da liberdade de associação e da preservação da empresa são constitucionais, gerais e explícitos.
 - O princípio majoritário nas deliberações sociais é legal, especial e explícito.
65. Assinale a alternativa correta.
- A Administração Pública exerce a atividade estatal, desenvolvida sob regime jurídico específico, voltada para a realização e satisfação dos interesses coletivos.
 - O princípio da especialidade estabelece que a Administração Pública tem que atuar de maneira direta e centralizada no exercício de suas atividades.
 - A Administração Pública exerce o poder de polícia como atividade típica de limitação da autonomia privada, o que pode ser delegado a particulares.
 - O princípio da legalidade estabelece que a Administração Pública tem que atuar observando a supremacia do interesse público.
66. Assinale a alternativa correta.
- O princípio da continuidade do serviço público determina que sua prestação deve ocorrer de maneira adequada e regular, sendo que os essenciais devem ser ininterruptos.
 - Serviço público significa toda atividade prestada pelo Estado para a satisfação concreta dos interesses da Administração Pública.
 - O princípio da flexibilidade dos meios aos fins estabelece que o serviço público pode ser interrompido em caso de greve.
 - Pelo princípio da isonomia, os usuários de serviço público não podem receber tratamento diferenciado, ainda que isso seja necessário para determinada prestação específica.
67. Assinale a alternativa correta.
- O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público, sendo permitido que a serventia fique vaga, sem ingresso ou remoção, pelo prazo máximo de um ano.
 - Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.
 - O Poder Executivo, por meio de decreto, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos.
 - Os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro serão fixados mediante normas gerais estabelecidas pelo Poder Judiciário.
68. Assinale a alternativa correta.
- É vedada a instituição de regime de previdência complementar aos servidores titulares de cargos efetivos.
 - O regime previdenciário dos servidores titulares de cargos efetivos tem caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - O servidor aposentado por invalidez permanente terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ainda que em decorrência de acidente em serviço.
 - Ao ocupante exclusivamente de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, é garantido o direito de inclusão no regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos.
69. Assinale a alternativa correta.
- É vedada, em qualquer hipótese, a utilização de contrato verbal com a Administração Pública.
 - Os contratos administrativos regem-se pelo direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
 - Para a rescisão dos contratos administrativos, não se aplica o caso fortuito ou a força maior.
 - O contrato administrativo poderá ser rescindido verbalmente pela administração pública, desde que observado o devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
70. Assinale a alternativa correta.
- Os bens públicos de uso comum podem ser objeto de usucapião.
 - Os bens públicos dominicais são inalienáveis.
 - Os bens públicos de uso comum e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
 - Os bens públicos de uso especial não podem ser alienados, ainda que sofram desafetação.

71. Assinale a alternativa correta.
- Não há responsabilidade do Estado por ato legislativo, ainda que se trate de lei inconstitucional.
 - A responsabilidade do Estado abrange apenas os danos materiais sofridos pela vítima do evento.
 - A responsabilidade do Estado independente da demonstração de culpa do agente público causador do dano, garantido o direito de regresso contra o responsável.
 - Não há responsabilidade do Estado por omissão.
72. A Constituição da República Federativa do Brasil pode ser classificada como:
- analítica.
 - sintética.
 - flexível.
 - outorgada.
73. Quanto ao poder constituinte, é correto afirmar:
- Ele é sempre originário e nunca derivado.
 - Ele se materializa unicamente na Assembleia Nacional Constituinte.
 - Ele emana do povo e é exercido primordialmente por meio dos seus representantes democraticamente eleitos.
 - Dissolvida a Assembleia Nacional Constituinte, extingue-se o Poder Constituinte.
74. Em relação ao controle da constitucionalidade no sistema jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.
- O controle de constitucionalidade é exercido exclusivamente por meio de ações específicas, como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e da Ação Direta de Constitucionalidade (ADC).
 - O controle de constitucionalidade pode ocorrer tanto na forma concentrada, quanto na difusa, e em ambos os casos ele é exercido pelo Poder Judiciário.
 - O controle de constitucionalidade é exercido somente em relação às leis ordinárias, complementares e medidas provisórias.
 - O controle de constitucionalidade concentrado visa analisar unicamente o conteúdo formal das leis infraconstitucionais.
75. Em relação ao Princípio da Moralidade presente na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar:
- O princípio da moralidade opera apenas como princípio norteador da administração pública, não podendo ser utilizado como fundamento para anular atos administrativos lesivos ao erário.
 - Ato lesivo à moralidade administrativa não pode ser anulado por meio de Ação Popular.
 - O Princípio da Moralidade, ainda que presente na Constituição, não possui força normativa.
 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá ao princípio da moralidade.
76. Assinale a alternativa correta quanto aos Direitos e Garantias Fundamentais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil.
- A Constituição assegura o direito de resposta, proporcional ao agravo, sem considerar, contudo, a indenização por dano material ou moral.
 - A liberdade de associação se dá somente mediante autorização judicial.
 - A igualdade entre homens e mulheres, tanto de direitos quanto de obrigações, ocorre sempre nos termos Constituição da República Federativa do Brasil.
 - A Constituição assegura a todos, mediante o pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
77. Assinale a alternativa **INCORRETA**, quanto aos serviços notariais e de registro.
- Os serviços notariais são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Já os de registro são exercidos unicamente pelo poder público.
 - Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público.
 - Segundo a Constituição, não se permite que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.
 - O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos.
78. Assinale a alternativa correta quanto à organização do Poder Judiciário.
- Compete aos juízes estaduais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência.
 - Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição Estadual, sendo permitida a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
 - A competência dos Tribunais de Justiça Estaduais é definida na Constituição do respectivo Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa exclusiva do Tribunal de Justiça.
 - O Tribunal de Justiça não poderá funcionar descentralizadamente, por meio Câmaras regionais.
79. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade, não podendo o interesse do autor limitar-se à declaração de existência de relação jurídica.
 - A jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes, em todo o território nacional, sendo que nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.
 - A jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes e promotores de justiça, em todo o território nacional, sendo que nenhum deles prestará a tutela jurisdicional, senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.
 - Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade, não podendo o interesse do autor limitar-se à declaração de inexistência de relação jurídica.
80. De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz dará curador especial:
- ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele.
 - ao reconhecidamente carente.
 - ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.
 - ao estrangeiro que não residir no país.
- Apenas I e III estão corretas.
 - I, II e IV estão corretas.
 - Apenas II e IV estão corretas.
 - I, II e III estão corretas.
81. De acordo com o Código de Processo Civil, serão representados em juízo, ativa e passivamente:
- a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores.
 - o Município, por seu Prefeito ou procurador.
 - as pessoas jurídicas, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores.
 - as sociedades sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração dos seus bens.
- Apenas I e IV estão corretas.
 - Todas estão corretas.
 - Apenas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
82. De acordo com o Código de Processo Civil, tramitam em segredo de justiça os processos:
- em que o exigir o interesse público.
 - que dizem respeito a casamento.
 - desquite ou separação de corpos.
 - separação dos cônjuges e conversão dela em divórcio.
- I, II e III estão corretas.
 - I, II e IV estão corretas.
 - Apenas II e IV estão corretas.
 - Apenas I e IV estão corretas.

83. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:
- Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem, depois de homologadas por sentença, a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais, sendo que a desistência da ação só produzirá efeito também depois de homologada.
 - Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais, sendo que a desistência da ação só produzirá efeito depois de homologada por sentença.
 - Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem, depois de homologadas por sentença, a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais, sendo que a desistência da ação só produzirá efeito imediatamente depois de protocolizada.
 - Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais, sendo que a desistência da ação produzirá efeito imediatamente depois de protocolizada.
84. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- O juiz inquirirá as testemunhas, separada e sucessivamente; primeiro as do réu e depois as do autor, providenciando de modo que umas não ouçam o depoimento das outras.
 - O ônus da prova incumbe ao autor, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do réu.
 - Quando o autor tiver formulado pedido certo, é facultado ao juiz proferir sentença ilíquida.
 - Se o réu não contestar a ação, o juiz, verificando que não ocorreu o efeito da revelia, mandará que o autor especifique as provas que pretenda produzir na audiência.
85. De acordo com o Código de Processo Civil, tem legitimidade concorrente para requerer o inventário e a partilha:
- o cônjuge supérstite.
 - o credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança.
 - o Ministério Público, havendo herdeiros capazes.
 - o legatário.
- I, II e IV estão corretas.
 - I, II e III estão corretas.
 - Apenas II e III estão corretas.
 - Apenas I e IV estão corretas.
86. Assinale a alternativa correta.
- Interpreta-se favoravelmente ao sujeito passivo a lei tributária que disponha sobre a outorga de isenção.
 - A interpretação da legislação tributária será definida em ato normativo infralegal do sujeito ativo.
 - A taxa é o tributo que decorre de uma atuação estatal e de um fato a ser realizado pelo sujeito passivo.
 - O imposto é o tributo que decorre de um fato a ser realizado pelo sujeito passivo, independentemente de qualquer atuação estatal.
87. Assinale a alternativa correta.
- A competência tributária pode ser delegada à entidade com capacidade de fiscalizar e arrecadar o tributo.
 - A competência tributária para instituir os empréstimos compulsórios é comum entre a União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - A competência para a instituição de taxas e de contribuições de melhoria é privativa da União.
 - A competência tributária é o poder de instituir tributos, sendo privativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
88. Assinale a alternativa correta.
- O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR decorre da propriedade, do domínio útil ou da posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana dos municípios.
 - O domicílio tributário, para fins do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, é o do município da situação do imóvel, podendo outro ser eleito, a critério do sujeito passivo.
 - Os sítios de recreio, ainda que localizados na zona urbana dos municípios, sujeitam-se à incidência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.
 - É possível a delegação da competência tributária do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR para o município onde se situa o imóvel rural, desde que efetue a fiscalização e cobrança do tributo.
89. Assinale a alternativa correta.
- É permitido aos Municípios atualizar o valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
 - A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU será o valor arbitrado pelo ente competente.
 - As alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU não poderão ser progressivas, por se tratar de um tributo real.
 - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU incide sobre imóveis localizados em áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, atendidas as exigências legais.
90. Assinale a alternativa correta.
- O Imposto sobre a Transmissão *inter vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBI incide, via de regra, sobre a incorporação de bens ao patrimônio de pessoa jurídica, para realização de capital.
 - O Imposto sobre a Transmissão *inter vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBI pode ser exigido da propriedade adquirida por usucapião.
 - O Imposto sobre a Transmissão *inter vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBI é de competência do Município da situação do bem.
 - O Imposto sobre a Transmissão *inter vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBI poderá ter alíquotas progressivas.
91. Assinale a alternativa correta.
- Em caso de ato gratuito, o sujeito passivo do Imposto sobre a Transmissão *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos – ITCMD será sempre o donatário.
 - No caso dos bens localizados no Distrito Federal, o Imposto sobre a Transmissão *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos – ITCMD será de competência da União.
 - O Imposto sobre a Transmissão *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos – ITCMD tem suas alíquotas máximas fixadas pela Câmara dos Deputados.
 - O Imposto sobre a Transmissão *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos – ITCMD pode ser exigido em função de morte presumida pela ausência.
92. Assinale a alternativa correta.
- Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício são responsáveis solidários pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício ou por suas omissões, caso não seja possível exigir o cumprimento da obrigação principal do contribuinte.
 - O espólio não é responsável pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
 - A responsabilidade tributária por infrações não se exclui, mesmo em caso de denúncia espontânea realizada com os recolhimentos devidos.
 - Salvo disposição legal em contrário, a responsabilidade tributária por infrações depende da demonstração da intenção do sujeito passivo.
93. Assinale a alternativa correta.
- Nas ações penais privadas é vetada a possibilidade de acordo entre as partes.
 - As ações penais públicas iniciam mediante queixa-crime.
 - A representação criminal é a peça que inicia a ação penal pública.
 - Em regra, as ações penais são públicas.

94. Assinale a alternativa correta, acerca da aplicação da lei processual penal no tempo:
- Em regra, as leis processuais penais aplicar-se-ão 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.
 - Em regra, as leis processuais penais aplicar-se-ão desde logo.
 - Em regra, as leis processuais penais aplicar-se-ão 60 (sessenta) dias após sua publicação.
 - Em regra, as leis processuais penais aplicar-se-ão 30 (trinta) dias após sua publicação.
95. Assinale a alternativa correta.
- Aquele que dolosamente se atribuir ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem, pratica o crime de falsidade ideológica.
 - Aquele que dolosamente falsifica, fabricando ou alterando bilhete, passe ou conhecimento de empresa de transporte administrada pela União, por Estado ou por Município, pratica o crime de falsidade ideológica.
 - Aquele que dolosamente usa, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia ou cede a outrem, para que dele se utilize, documento dessa natureza, próprio ou de terceiro, pratica o crime de falsidade ideológica.
 - Aquele que dolosamente omite, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele insere ou faz inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, pratica o crime de falsidade ideológica.
96. Assinale a alternativa correta.
- O funcionário público que dolosamente se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, pratica o crime de concussão.
 - O funcionário público que dolosamente exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, pratica o crime de concussão.
 - O funcionário público que dolosamente solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, pratica o crime de concussão.
 - O funcionário público que dolosamente revele fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação, pratica o crime de concussão.
97. Assinale a alternativa correta.
- Para a consumação dos crimes contra a ordem tributária, não importa, em nenhuma hipótese, se os tributos foram ou não lançados definitivamente.
 - Para os efeitos penais, equipara-se a documento público uma folha de cheque emitida por um banco privado.
 - Simular casamento mediante engano de outra pessoa configura o crime de bigamia.
 - O advogado do indiciado não pode ter acesso aos elementos de prova já documentados em autos do inquérito policial, se o procedimento estiver correndo em sigilo.
98. Em sua última edição de 2011, a Revista Veja divulgou uma lista com 50 personalidades que marcaram o Brasil. Quem foi apontado por Ronaldo Vainfas, como um grande historiador brasileiro – autor do livro “Raízes do Brasil” (1936), uma crítica à herança ibérica na formação da cultura nacional?
- Anísio Teixeira
 - Miguel Reale
 - Sergio Buarque de Holanda
 - Gilberto Freire
99. A população mundial alcançou em 2011 a marca dos 7 bilhões de pessoas; lamentavelmente, 67% delas são consideradas pobres, 28% de classe média e apenas 5% ricas. Desde 1950 até hoje em dia, constata-se que as três nações mais populosas do mundo não perderam suas posições neste ranking. Quais são elas?
- China, Índia e Estados Unidos da América
 - China, Índia e Brasil
 - China, Índia e Nigéria
 - China, Índia e Indonésia
100. O documentário “Lixo Extraordinário”, que teve a codireção da inglesa Lucy Walker, com os brasileiros João Jardim e Karen Harley, mostra o trabalho de um artista brasileiro, internacionalmente conhecido pelas suas obras, no maior lixão da América Latina, em Gramacho, no Rio de Janeiro. Apesar desse documentário não ter sido o vencedor em sua categoria, na 83ª edição do Oscar, perdendo para “Trabalho interno”, do diretor Charles Ferguson, o mundo pode conhecer mais sobre como essa triste realidade brasileira é transformada em arte. Qual o nome do artista em questão?
- Os Gêmeos: Otavio e Gustavo Pandolfo
 - Romero Britto
 - Vik Muniz
 - Tião Santos